

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**LEI 2131**

**LEI Nº 2131/2025**

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

**LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**DO OBJETIVO**

**Art. 1º.** Fica instituída no âmbito da Administração Direta do Município de Califórnia a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA tem por objetivo desenvolver atividades voltadas à prevenção de acidentes do trabalho e de doenças profissionais, à melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos municipais.

**Art. 2º.** Para cumprir seu objetivo, a CIPA deverá desenvolver as seguintes atividades:

I - realizar inspeções nos ambientes de trabalho, visando à detecção de riscos ocupacionais; dando conhecimento dos riscos encontrados ao responsável pela área, à chefia da unidade e à Secretaria de Gestão Administrativa;

II - estudar as situações de trabalho potencialmente nocivas à saúde e ao bem-estar dos servidores, estabelecendo medidas preventivas ou corretivas para eliminar ou neutralizar os riscos existentes;

III - investigar as causas e consequências dos acidentes e das doenças associadas ao trabalho e acompanhar a execução das medidas corretivas;

IV - requisitar ao Poder Executivo cópias das comunicações de acidente de trabalho emitidas, analisando as circunstâncias de sua ocorrência;

V - promover a divulgação das normas de segurança e medicina do trabalho, zelando pela sua observância;

VI - despertar o interesse dos servidores pela prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, através de trabalho educativo, estimulando-os a adotar comportamento preventivo;

VII - participar de campanhas de prevenção de acidentes do trabalho promovidas pela Administração Municipal e por representações da categoria;

VIII - promover anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT;

IX - promover a realização de cursos, palestras, treinamentos e campanhas que julgar necessários para melhorar o desempenho dos servidores quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

X - colaborar no desenvolvimento e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e de outros programas relacionados à segurança e saúde no trabalho;

XI - elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde do trabalhador.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 3º.** Compete à Administração Municipal proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho.

**Art. 4º.** Compete aos servidores públicos municipais:

I - participar da eleição de seus representantes;

II - colaborar com a gestão da CIPA;

III - indicar à CIPA e ao Poder Executivo as situações de riscos porventura detectadas, apresentando sugestões de melhorias das

condições de trabalho;  
IV - observar e aplicar no ambiente de trabalho as recomendações quanto à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

### **CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º.** A Administração Pública Direta do Município deverá instituir a CIPA e mantê-la em regular funcionamento, observado o número de servidores municipais.

§1º Considera-se servidor, para efeitos desta Lei, todos os que estejam vinculados por relação de caráter profissional com a administração direta, excluindo-se os ocupantes de cargos de provimento em comissão e os contratados temporariamente.

**Art. 6º.** A CIPA será composta por servidores estáveis representando os trabalhadores e a Administração Pública em igual número.

§1º O número de membros que comporão a CIPA será dimensionado conforme a Norma Regulamentadora Nº 5 (NR 5).

§2º A CIPA será composta de tal forma que esteja representada a maior parte dos setores que compõem a Administração, necessariamente incluída a representação dos setores que oferecem maior risco.

§3º Os representantes da Administração Pública serão indicados pelo Prefeito.

§4º Os representantes dos servidores serão eleitos em escrutínio secreto, sendo vedada a formação de chapas.

### **CAPÍTULO III DAS ELEIÇÕES**

#### **Seção I Das Inscrições e Disposições Gerais**

**Art. 7º.** A eleição será organizada pela CIPA cujo mandato esteja findando, sendo que, onde ainda não houver CIPA, a eleição será organizada por comissão eleitoral composta por servidores, sendo obrigatória a participação de representação da categoria.

**Art. 8º.** As eleições serão convocadas, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) dias antes do término do mandato da CIPA em vigor, devendo ser realizadas de modo que os novos membros possam participar do curso de formação antes da posse.

**Art. 9º.** A eleição será realizada em horário normal de trabalho facultando a participação do maior número possível de servidores, tornando-se válida com 50% (cinquenta por cento) mais um dos servidores com direito a voto.

**Art. 10.** O prazo para as inscrições de candidatos deve ser de no mínimo 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do Edital.

§1º É ilimitado o número de inscrições de candidatos para a representação dos servidores, devendo os mesmos serem estáveis, não podendo estar em estágio probatório;

§2º A inscrição será efetuada pela Diretoria de Recursos Humanos, sendo entregue ao candidato um comprovante de inscrição;

§3º Os servidores deverão estar lotados no segmento a que pretendem se candidatar.

**Art. 11.** Estão aptos a votar todos os servidores ativos estáveis ou não, e os empregados públicos, mediante identificação, sendo que somente os estáveis poderão ser candidatos.

Parágrafo Único. O servidor deverá se candidatar e votar de acordo com a vaga prevista para sua lotação.

**Art. 12.** Em caso de empate assumirá o servidor que tiver mais tempo de serviço na Prefeitura.

**Art. 13.** Caso não haja inscrito para representação das Unidades constantes no Anexo Único desta Lei, será considerado eleito o segundo mais votado geral.

**Art. 14.** Todo eleito deverá permanecer lotado no segmento que representa enquanto perdurar o mandato.

**Art. 15.** O mandato dos membros terá a duração de 1 (um) ano, com direito a uma reeleição.

#### **Seção II Da Comissão Eleitoral**

**Art. 16.** A comissão eleitoral deverá organizar e executar a eleição da CIPA, para tanto deve:

- I - eleger um presidente entre seus membros;
- II - elaborar, publicar e divulgar o edital de convocação para a eleição da CIPA;
- III - homologar candidaturas e publicar edital com nominata dos candidatos;
- IV - dimensionar e divulgar o número de vagas para componentes da CIPA inclusive indicados e suplentes;
- V - constituir sistema de captação e de apuração de votos;
- VI - credenciar servidores voluntários ou convocados para o trabalho no processo de sufrágio;
- VII - elaborar ata de eleição e ata de posse da CIPA;
- VIII - estabelecer normas para a realização de propaganda eleitoral, com critérios compatíveis com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- IX - providenciar relação de servidores aptos a votar.

**Art. 17.** A comissão eleitoral cumprirá os seguintes prazos:

- I - inscrições por um período mínimo de 15 (quinze) dias;
- II - campanha eleitoral por um período mínimo de 30 (trinta) dias;
- III - posse em até 10 (dez) dias após a eleição;
- IV - registrar a CIPA no Ministério do Trabalho em até 10 (dez) dias após a posse;
- V - curso de formação em até 30 (trinta) dias após a eleição.

Parágrafo Único. A comissão eleitoral é soberana para dirimir casos omissos, não previstos na legislação aplicável e no Edital das eleições.

### **Seção III Da Estrutura**

**Art. 18.** A CIPA será composta por representantes da administração e por servidores estáveis eleitos, observado o número mínimo de servidores por unidade, de acordo com o dimensionamento previsto no anexo único desta Lei.

**Art. 19.** Os cargos de Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário serão escolhidos pelos membros da CIPA, sendo que o cargo de Presidente será indicado pelo Prefeito.

**Art. 20.** A CIPA reunirá todos os seus membros uma vez por mês, em local apropriado e durante o horário normal de expediente, obedecendo ao calendário anual, não podendo sofrer restrições que impeçam ou dificultem seu comparecimento.

§ 1º O membro que tiver mais de três faltas injustificadas ou se recusar a comparecer às reuniões da CIPA perderá o mandato, sendo que, nesta hipótese, será convidado para assumir o candidato suplente mais votado.

§ 2º Qualquer servidor poderá participar das reuniões da CIPA como convidado ou como convocado, porém sem direito a voto.

§ 3º As proposições da CIPA serão aprovadas em reunião, mediante votação, e será considerada aprovada aquela que obtiver maioria simples de votos.

§ 4º A CIPA deverá apresentar mensalmente, através de material escrito, relatório de suas atividades a todos os servidores.

**Art. 21.** A CIPA reunir-se-á extraordinariamente quando:

- I - houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicações de medidas corretivas de emergência;
- II - ocorrer acidente do trabalho grave ou fatal;
- III - houver solicitação expressa de três ou mais membros da CIPA.

Parágrafo Único. Os membros da CIPA deverão dispor de 2 (duas) horas semanais para trabalhos exclusivos da Comissão.

**Art. 22.** É vedada a alteração de lotação do servidor eleito para compor a CIPA, titulares e suplentes, sem sua anuência, desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato, exceto se praticar infração administrativa devidamente apurada em procedimento administrativo próprio.

**Art. 23.** Constituída a CIPA, esta não poderá ter seu número de representantes reduzidos, bem como não poderá ser desativada antes do término do mandato de seus membros.

### **CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 24.** Compete ao Presidente da CIPA:

I - convocar os membros para as reuniões da CIPA;  
II - determinar tarefas para os membros da CIPA;  
III - presidir as reuniões, encaminhando à Administração Pública as recomendações aprovadas e acompanhando a sua execução;  
IV - manter e promover o relacionamento da CIPA com o órgão responsável pela Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Secretaria Municipal da Administração e órgãos afins.

**Art.25.** Compete ao Secretário da CIPA:

I - elaborar as atas das eleições da posse e das reuniões, registrando-as em livro próprio;  
II - preparar a correspondência geral e as comunicações para as reuniões;  
III - manter o arquivo da CIPA atualizado;  
IV - providenciar para que as atas sejam assinadas por todos os membros da CIPA.

**Art. 26.** Compete aos membros da CIPA:

I - elaborar o calendário anual das reuniões da CIPA;  
II - participar das reuniões da CIPA, discutindo os assuntos em pauta e deliberando sobre as recomendações;  
III - investigar os acidentes de trabalho, isoladamente ou em grupo e discutir os acidentes ocorridos;  
IV - frequentar o curso para os componentes da CIPA, na forma que vier a ser regulamentado;  
V - cuidar para que todas as atribuições da CIPA sejam cumpridas durante a respectiva gestão.

**Art. 27.** Compete à Administração:

I - proporcionar os meios necessários para o desempenho integral das atribuições da CIPA;  
II - disponibilizar espaço físico para a CIPA desenvolver suas atividades;  
III - autorizar o fornecimento de material de escritório completo e outros que forem necessários para o desenvolvimento das atividades da CIPA;  
IV - assessorar a implantação da CIPA;  
V - zelar pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho estabelecido pelo órgão competente;  
VI - divulgar amplamente as atividades da CIPA entre os servidores municipais.

**Art. 28.** Compete aos servidores:

I - eleger seus representantes na CIPA;  
II - informar à CIPA a existência de condições de risco ou ocorrência de acidentes e apresentar sugestões para melhorias das condições de trabalho;  
III - observar as recomendações quanto à prevenção de acidentes, transmitidas por membros da CIPA;  
IV - informar à CIPA a ocorrência de todo e qualquer acidente de trabalho.

**Art. 29.** Ao término do processo eleitoral, o presidente da Comissão Eleitoral terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar ao Ministério do Trabalho cópia das atas de eleição e de posse dos membros eleitos e para registrar a CIPA na Delegacia do Trabalho.

**Art. 30.** Os membros da CIPA, eleitos e designados, serão empossados no primeiro dia útil após o término do mandato anterior.

**Art. 31.** A Administração Municipal deverá oferecer treinamento aos membros da CIPA, titulares e suplentes, que deverá ser realizado durante o expediente normal, contemplando, no mínimo os seguintes itens:

I - estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo;  
II - metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho;  
III - noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes;  
IV - noções de doenças sexualmente transmissíveis e medidas de prevenção;  
V - noções sobre legislação trabalhista e previdenciária relativas à segurança e saúde no trabalho;  
VI - princípios gerais de higiene do trabalho e de medidas de controle dos riscos;  
VII - organização da CIPA e outros assuntos necessários ao exercício das atribuições da Comissão.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 32.** As despesas decorrentes do funcionamento da CIPA correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

**Art. 33.** O Poder Executivo deverá iniciar os processos de constituição da CIPA no prazo de 180 dias contados da vigência desta lei.

**Art. 34.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Califórnia,  
aos 13 de maio de 2025.

**PAULO SÉRGIO CHILEIDE**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Neuzeli Federovicz  
**Código Identificador:**AE4EF368

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 14/05/2025. Edição 3275  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>